

Ata da Reunião Ordinária Descentralizada do CERMA/PR – 30/06/2018

1 No trigésimo dia do mês de junho de dois mil e dezoito, às 8h30, no Auditório do Centro de Pastoral de
2 Jesus Bom Pastor, Rua dom Bosco, 145, na cidade de Londrina, foi realizada a Reunião Ordinária
3 Descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –
4 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais: Fátima**
5 **Ikiko Yokohama** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Célia Baptista** (Casa Civil), **Tamara Zázera Rezende**
6 **(SEDS)** e **Benedito Isidoro Diniz** (SEEC). **Suplentes Governamentais: Dircinha Borkovski** (SEED).
7 **Titulares da Sociedade Civil: Deusa Rodrigues Favero** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e **Elizete**
8 **Sant'Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM). **Suplentes da Sociedade Civil: Edésia**
9 **de Souza Sato** (Pastoral Migratória da Arquidiocese de Curitiba). **Colaboradores(as)/Convidados(as) –**
10 **Período da Tarde: Marci Teshima** (EAAJ/UEL), **Claudio C. M. Moreno** (UEL), **Claudia S. Codato**
11 **Segura** (Secretaria de Educação de Cambé), **Déborah Flora B. Santos** (Secretaria Municipal de
12 Educação de Londrina – SME/EJA), **Karly Garcia Delamuta** (Secretaria de Rolândia), **Ricardo Matioli**
13 **(Rede Evangélica de Apoio ao Migrante)**, **Tina Matioli** (Rede Evangélica de Apoio ao Migrante), **João**
14 **Ricardo Lemes** (Serviço Social/UEL), **Evelyn S. Faquin** (Serviço Social/ UEL), **Paula Basílio** (Migrar
15 com Direitos/ UEL), **Cláudia Baltar** (Observatório das Migrações/UEL), **Líria M. Bettioli** (Migrar com
16 Direitos/UEL), **Gregory Jean**, **Samuel Fleurissant**, **Firaneique Hilaire**, **Jean Lucson**, **Ivana Paula F.**
17 **Rolpho** (SMS-DAPS), **Elve Joseph**, **Julia R. Rodrigues** (Migrar com Direitos/UEL), **João Paulo Wolff**
18 **(GT – Migrantes)**, **Angelica Furquim** (Cáritas do Paraná), **Rafael Yoshida Machado** (Cáritas Diocesana
19 do Paraná), **Dom Geremias Steinmetz** (Cáritas Arquidiocesana/Cúria Metropolitana de Londrina),
20 **Marcia Ponce** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Irmã Inês Facioli** (Pastoral do Migrante), **Nelma s.**
21 **Galli**, **Antoine Rodniel**, **Antoine Nayd Joubie**, **Rose Camene**, **Antoine Rodelef**, **Antoine Rolex**,
22 **Rodolso D'Haïti**, **Luckner Pierre Loux** (Igreja Assembleia de Deus), **Irmã Gilda V. Souza** (Pastoral do
23 Migrante), **Neusa M. R. Napa** (Cáritas), **Jimmy Cateva Da Zulma** (Associação Movimento Imigrante
24 Haitinão no Brasil – AMIH/BR), **Fadael Frantzy** (Associação Movimento Imigrante Haitinão no Brasil –
25 AMIH/BR), **Dien Justce Saint Jusna** (Associação Movimento Imigrante Haitinão no Brasil – AMIH/BR),
26 **Guernsey Sejorer** (Associação Movimento Imigrante Haitinão no Brasil – AMIH/BR), **Fabrcia L.**
27 **Pigaioni** (Cáritas de Londrina), **Emerson H. Handa**, **Fedlin Charles**, **Kerline Phenix**, **Arif Bhuitan**,
28 **Clerveaux Patrick**, **Gicytho Gauthier**. **Ausências justificadas: Andressa Gongora Barboza**
29 **(ARAS/Cáritas Diocesana de Maringá)** e **José Jorge Tobias de Santana** (SEET) não puderam
30 comparecer por motivos de agenda. **Marcia Leonora Dudeque** (SEED) e **Ingrid Kelly Dias Bozza**
31 **(SEEC)** não compareceram pois estavam de férias. **Maria de Lourdes Bernartt** (Movimento dos
32 Haitianos de Pato Branco – MHAPA) não pode comparecer por motivos de logística. **Paulo Henrique**
33 **Mariano** (SETI) não compareceu devido à necessidade de redução dos gastos com diárias da SETI. **1.**
34 **Abertura:** Cumprimentando os presentes, a Presidente Célia deu início à reunião. **2. Aprovação da**
35

4
5
6
7
36 **Pauta:** A Pauta foi aprovada. **3. Aprovação da Ata:** A ata foi aprovada. **4. Apresentação do trabalho**
37 **das Comissões para aprovação:** Não houve quórum para a realização das Reuniões das Comissões.
38 Foi deliberado em plenária o envio de um ofício solicitando a presença do diretor do Departamento de
39 Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação – SEED em reunião com o CERMA para tratar da
40 questão do ensino de língua portuguesa para migrantes nas escolas no Estado do Paraná, através do
41 Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, e em que medida esse setor atenda, de fato,
42 migrantes e refugiados. Também, foram deliberadas conversas com a Secretaria de Estado da Família e
43 Desenvolvimento Social – SEDS e com o Presidente da Paraná Turismo – PRTUR. Em relação à cartilha
44 que está sendo desenvolvida pela SEDS/SEJU, o Conselho deliberou por marcar uma reunião com os
45 representantes das referidas Secretarias para pensarem na distribuição das cartilhas para todos os 399
46 municípios do Estado do Paraná e em todas as rodoviárias, portos e aeroportos do Estado. A Conselheira
47 Fátima sugeriu que seja confeccionado um encarte de plástico para que os materiais possam ser
48 deixados em local estratégico. A Conselheira Lucimar sugeriu o agendamento de uma videoconferência
49 sobre a cartilha até o fim do ano e disponibilizou o espaço da SESA para sua realização. A Conselheira
50 Fátima repassou os dias das próximas reuniões do CERMA. A Conselheira Elizete discorreu sobre o
51 evento realizado pela Universidade Federal do Paraná, no dia 20 de junho, em comemoração ao mês do
52 migrante e sobre a importância da preservação da cultura e da memória dos migrantes. A Conselheira
53 Lucimar informou sobre o trabalho de conclusão do curso de arquitetura escrito por uma migrante síria,
54 Lúcia, onde projeta um centro de acolhimento aos migrantes e discorreu sobre a importância que essa
55 questão de um centro tem para todos os migrantes. A Conselheira Fátima acrescentou que os estudantes
56 migrantes apontaram todas as dificuldades que enfrentam diariamente dentro da Universidade. Também,
57 informou sobre a possibilidade de uma conversa com os reitores das Universidades Estaduais para
58 retomarem a discussão sobre a questão dos migrantes nestas instituições, iniciativa já articulada desde
59 2017. A Conselheira Deusa informou que existe uma agenda para o dia 30 de agosto com a presença do
60 Professor José Antonio Peres Gediel, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, do Observatório das
61 Migrações da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e da Professora Rosana Aparecida Baeninger,
62 do Observatório das Migrações da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, onde será
63 trabalhada a perspectiva de abertura das Universidades Estaduais e a temática da Cátedra Sérgio Vieira
64 de Mello. A Presidente Célia relatou sobre sua participação na reunião pública realizada com o Ministério
65 Público do Paraná – MPPR, sugerindo a realização de uma reunião similar com a Polícia Federal – PF,
66 de modo que consigam firmar uma parceria semelhante a que o CERMA possui com o MPPR. A
67 Presidente se comprometeu a tentar marcar uma data para uma reunião do CERMA com a delegada da
68 Polícia Federal responsável pela questão da migração. Também, informou que, na semana seguinte, teria
69 uma reunião com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR, na qual tentaria incluir a questão da
70 migração e dos cartórios. A Presidente Célia relatou sobre sua presença nos eventos realizados pela

71 Biblioteca Pública do Paraná/SEEC e lembrou que o espaço da Biblioteca é muito importante para
72 inserção dos migrantes na questão literária e cultural. A Conselheira Tamara sugeriu que fossem
73 enviadas cartas ao MPPR, à UFPR e à Biblioteca Pública do Paraná, em agradecimento por convidarem
74 o CERMA para seus eventos do mês do migrante. A Conselheira Fátima lembrou que não foi divulgado
75 um texto do CERMA sobre o mês do migrante porque o prazo dado à Comissão de Comunicação e
76 Eventos para o envio do texto não foi cumprido. A Conselheira Elizete sugeriu que fosse escrito um texto
77 informando sobre os eventos que ocorreram em função da semana do migrante durante o mês de junho,
78 dando visibilidade a eles. A Conselheira Fátima sugeriu que fossem solicitados às instituições breves
79 relatos sobre as atividades desenvolvidas ao longo do mês do migrante. A Presidente Célia informou
80 sobre a indisponibilidade do Secretário-Geral Cesar em participar das reuniões do Conselho e auxiliar a
81 Mesa Diretiva quando necessário. A Conselheira Fátima sugeriu a criação de um cargo de Vice-
82 Secretário(a) para suprir as demandas da Mesa Diretiva. A Conselheira Tamara apontou que o número de
83 Comissões do Conselho acaba por sobrecarregar os membros, e sugeriu que, para a próxima gestão,
84 seja pensada uma forma de diminuir a quantidade de Comissões. A Conselheira Fátima lembrou que para
85 diminuir o número ou fazer junção de Comissões, é preciso alterar o Regimento e, neste sentido, sugeriu
86 que o Conselho aguardasse até a Conferência Temática, onde ocorrerá a eleição das instituições da
87 Sociedade Civil que irão compor este Conselho no próximo ano, e que, após a eleição, será possível
88 readequar as Comissões. Lembrou que o Conselho tem tido problemas quanto à frequência dos
89 Conselheiros da Sociedade Civil e que algumas instituições têm enfrentado problemas para comparecer
90 às reuniões em dias úteis. Também, informou que, a partir dos relatórios das Secretarias de Estado sobre
91 as ações desenvolvidas no ano passado, o MPPR elaborou um documento sintetizando todas as ações
92 realizadas, aquelas não realizadas e as perguntas que não se obtiveram respostas. Com base nesta
93 síntese, a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas organizará um documento que, nos eixos da
94 Conferência Temática do CERMA, será o relatório final de avaliação do Plano. Informou que participarão
95 migrantes e refugiados que apontarão as novas dificuldades que enfrentam atualmente, cabendo ao
96 Conselho apontar às Secretárias de Estado quais são as necessidades básicas da questão de políticas
97 migratórias e políticas públicas no Paraná. Por fim, discorreu sobre o processo eleitoral das instituições
98 da Sociedade Civil durante a Conferência, informando que cada instituição deve apresentar seu trabalho
99 e história, defender sua participação no Conselho e que as instituições governamentais não interferem na
100 votação, cabendo à Sociedade Civil escolher seus membros. O Conselheiro Izidoro discorreu sobre a
101 atual crise migratória e sobre a condição relativamente recente do envolvimento governamental no
102 acolhimento e trabalho com migrantes, refugiados e apátridas. A Presidente Célia informou que uma
103 estudante da UFPR desenvolveu uma tese de doutorado sobre migrantes e refugiados com dados
104 numéricos e sugeriu que este trabalho integrasse o levantamento do CERMA sobre migrantes. A
105 Conselheira Tamara sugeriu que o Conselho entre em contato com a estudante e solicitasse acesso à



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

13

14

15

106 sua tese. A Conselheira Fátima ressaltou que é preciso agilizar a retomada de representação da
 107 Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Carcerária – SESP, para que se possa
 108 desenvolver um trabalho mais efetivo sobre os migrantes presos ao chegar em território nacional. A
 109 Conselheira Elizete relatou sobre o grande número de migrantes presos em Foz do Iguaçu e região, na
 110 Tríplice Fronteira, e que a Pastoral do Migrante vai se reunir em Foz do Iguaçu, sugerindo que o CERMA
 111 acompanhe a situação. A Conselheira Fátima sugeriu que, para a reunião da Pastoral, fosse também
 112 convidada o Ministério do Trabalho para discutir a questão de migrantes em situação de trabalho análogo
 113 a escravo na região e as condições de trabalho que os migrantes são sujeitados. Também, lembrou que o
 114 Conselho deve se atentar para a questão da migração interna e todas as questões que decorrem dela. A
 115 Conselheira Fátima informou que o CERMA foi questionado pelo MPPR sobre o levantamento do
 116 diagnóstico que o Conselho não conseguiu levar a termo devido à mudança dos municípios, e entregou
 117 aos Conselheiros cópias dos dados levantados pelo Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE,
 118 Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná – CEIM, Cadastro
 119 Único da Assistência Social – CadÚnico e do Observatório do Trabalho. **5. Reunião Plenária e Roda de**
 120 **Conversa Aberta ao Público:** Cumprimentando a todos os presentes, a Presidente Célia Baptista se
 121 apresentou e ressaltou sobre o caráter pioneiro deste Conselho, enquanto Conselho Estadual, apontando
 122 que as reuniões descentralizadas são realizadas sempre em fins de semana para permitir a presença de
 123 integrantes e representantes das instituições e entidades envolvidas na causa, além de algumas
 124 autoridades, migrantes e refugiados. Informou que, a partir do debate na Roda de Conversa, será
 125 elaborada uma carta que será entregue aos órgãos e entidades citados. Também, agradeceu à
 126 Arquidiocese de Londrina pela concessão do espaço para a realização da reunião. Compuseram a mesa
 127 a Presidente Célia Baptista, o Arcebispo da Arquidiocese de Londrina, Dom Geremias Steinmetz, Deusa
 128 Rodrigues Favero representando a Cáritas, Fátima Ikiko Yokohama, representando a SEJU, Claudia
 129 Codato Segura, Secretária da Educação de Cambé, Elizete Sant’Anna de Oliveira, vice-Preisdente do
 130 CERMA, e Gregory Jean representando os migrantes. Dom Geremias cumprimentou os integrantes da
 131 mesa e a todos os presentes e discorreu sobre a questão da migração e do acolhimento humanitário no
 132 Brasil. A Conselheira Deusa cumprimentou os presentes e discorreu sobre o trabalho da Cáritas no
 133 atendimento aos migrantes. A Conselheira Fátima lembrou que as cidades de Londrina e região são ricas
 134 em atendimentos, acolhimento e trabalho com refugiados, migrantes e apátridas, e que as reuniões
 135 descentralizadas são uma oportunidade para o Conselho visitar cidades satélites e estratégicas, como
 136 Londrina, para que possam ouvir a comunidade que trabalha com a questão da migração e,
 137 principalmente, o próprio migrante. Também, informou que as próximas Reuniões Descentralizadas do
 138 CERMA ocorrerão nas cidades de Pato Branco e Cascavel. Agradeceu à Arquidiocese, ao Dom Geremias
 139 e, em especial, à Conselheira Deusa por todo o trabalho para a realização da reunião, e a todos os
 140 migrantes e refugiados presentes na reunião. Por fim, ressaltou que a discussão de políticas para

Casa Rosada

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1251

Fone: (41) 3221-7960 / 3221-7961 – CEP 80050-540 – Curitiba/PR

16

141 migrantes, refugiados e apátridas não deve se limitar ao âmbito da justiça e da assistência, mas deve
142 abranger também os âmbitos da educação, da saúde, do trabalho e as relações com as instituições
143 públicas, como a Defensoria Pública, a Polícia Federal e o Ministério Público. A senhora Claudia,
144 Secretária Municipal de Educação, agradeceu o convite e reforçou sobre a importância das parcerias com
145 as instituições para o melhor acolhimento dos migrantes ao chegarem nos municípios. A Conselheira
146 Elizete lembrou que em junho se comemora o mês do migrante e pediu que os Conselheiros presentes
147 se levantassem para que os presentes pudessem identificá-los. Também, informou que o objetivo do
148 CERMA nesta reunião é interagir com as entidades e com os migrantes para que lhe sejam colocadas as
149 demandas e as dificuldades que enfrentam para que o Conselho possa se desafiar a buscar um modo de
150 resolvê-las. Por fim, agradeceu à Cáritas e à Arquidiocese pela acolhida. Gregory cumprimentou os
151 presentes, se apresentou enquanto migrante haitiano e discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelos
152 migrantes no Brasil. A Presidente Célia solicitou que todos os presentes se apresentassem. A Conselheira
153 Tamara explicou que, da reunião, seria elaborada uma carta e convidou os presentes a participarem de
154 sua redação. A pedido da Presidente Célia, a Conselheira Deusa discorreu sobre o GT Imigrantes e
155 Refugiados da Cáritas de Londrina. A Presidente Célia, então, abriu as inscrições para falas. A
156 Conselheira Deusa discorreu sobre a questão do Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e
157 Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, que tinha como prazo de validade o
158 ano de 2016, e sugeriu que o Plano fosse retomado e rediscutido com participação do CERMA, renová-lo
159 conforme as experiências para que ele comporte as situações reais enfrentadas por quem trabalha com a
160 questão da migração. A Conselheira Fátima confirmou que o prazo de vigência do Plano foi final de 2016
161 e informou que, em 2017, o Conselho, por ter como uma de suas prerrogativas o monitoramento das
162 políticas públicas para migrantes, solicitou às Secretarias Estaduais a apresentação nas reuniões do
163 CERMA de relatórios das ações desenvolvidas até aquele ponto e das mudanças acarretadas. As
164 apresentações fazem parte do processo preparatório para a Conferência Temática Estadual do CERMA,
165 pois o Conselho entende que não basta fazer o monitoramento acompanhamento das políticas para
166 migrantes mas que é preciso, também, prestar satisfações de seu trabalho à sociedade e principalmente
167 aos migrantes e refugiados do Paraná, daquilo que, enquanto políticas públicas, estava se fazendo.
168 Também, apontou que o Plano, por ser baseado em uma realidade do ano de 2014, já não dá conta da
169 situação migratória atual, no Paraná e no Brasil. De fato, o CERMA iniciou as discussões sobre o plano
170 no final de 2016 e, em seguida, o MPPR solicitou a cada Secretaria Estadual um acompanhamento e um
171 retorno de cada ação específica do Plano. Em seguida, o MPPR apresentou um relatório crítico, com
172 relação àquilo que ouviram dos integrantes das instituições e dos migrantes em seminários e outros
173 momentos, assim como uma análise crítica do papel do Estado em relação à introdução dessas políticas
174 pública, o que de fato foi aceito e que foi feito mas não da forma como deveria ter sido conduzido. Por
175 fim, informou que, de posse destes relatórios, o CERMA irá compor um Documento Base para ser



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

21
22
23

176 apresentado pelos eixos de trabalho na Conferência, no dia 8 de dezembro, apresentando o relatório
177 conclusivo ao mesmo tempo em que coleta dados sobre as novas necessidades enfrentadas pelos
178 migrantes no Estado do Paraná, para que se possa dar continuidade ao trabalho. Jimmy, Presidente da
179 AMIHBR, questionou sobre como a Cáritas e a Pastoral do Migrante estão enfrentando o fato de que os
180 imigrantes haitianos estão encontrando dificuldades aqui no Brasil. A Conselheira Deusa respondeu pela
181 Cáritas, discorrendo sobre os meios e as possibilidades em que a instituição pode auxiliar os migrantes.
182 Jimmy discorreu sobre como todos os haitianos buscam uma vida melhor ao vir para o Brasil e
183 questionou sobre como a Cáritas pode ajudá-los a alcançar seus objetivos. A Conselheira Deusa
184 informou que, enquanto regional de Londrina, seu objetivo é levar as demandas até os órgãos públicos e
185 buscar uma forma de resolvê-las e, neste sentido, já foram realizadas reuniões como o MPPR e o MPT,
186 buscando melhorar as condições dos migrantes. A pedido da Presidente Célia, Jimmy informou que uma
187 das maiores dificuldades encontradas pelos haitianos é a da educação, relatando que muitas vezes,
188 mesmo os haitianos que possuem ou estavam inseridos no Ensino Superior, encontram dificuldades de
189 comunicação e de retorno à educação, o que por sua vez dificulta sua inserção no mercado de trabalho.
190 A Conselheira Deusa ressaltou a importância de ouvir dos migrantes as dificuldades que enfrentam,
191 sugerindo uma parceria com os migrantes para pensar formas de solucionar essas questões, lembrando
192 que o mercado de trabalho brasileiro está em baixa, dificultando a contratação, e que essa parceria pode
193 resultar em proposições ao MPT e que podem ser consultadas práticas e perspectivas de outros estados
194 e municípios. Ressaltou a importância da continuação dos estudos e da elaboração de um plano para
195 uma educação inclusiva, seja no Ensino Fundamental, Médio ou Superior, lembrando que há várias
196 entidades em Londrina, além da Cáritas e da Pastoral que podem contribuir nestas questões e que é
197 essencial a participação dos migrantes nestes debates. A Conselheira Marcia Ponce parabenizou Jimmy
198 pela iniciativa de organizar a associação e lembrou da importância de os migrantes se organizarem para
199 reivindicar seus direitos, e apontou que, enquanto representantes governamentais, o CERMA tem a
200 responsabilidade de promover espaços de debate e estabelecer diálogos com a sociedade civil e
201 empresas, para garantir o acesso dos migrantes à educação, lazer, emprego e todos os seus direitos
202 fundamentais, reiterando que o objetivo das reuniões descentralizadas é de ouvir as demandas
203 diretamente dos migrantes e o que está acontecendo nas cidades e regiões, como dificuldades de
204 acesso ao trabalho, saúde e assistência social. Também, informou que o eSocial, programa em que os
205 empregadores devem cadastrar todos os seus empregados, não aceita, por exemplo, o número de
206 solicitação de refúgio no campo de documentação, tornando-se um empecilho para a contratação desses
207 migrantes e sugeriu que o CERMA se atentasse a esta questão. A senhora Claudia declarou que seu
208 objetivo no evento é de conhecer o trabalho do Conselho e de instituições de apoio aos migrantes e
209 questionou sobre como podem auxiliar nas questões enfrentadas pelos educadores. Também, informou
210 que os educadores enfrentam dificuldades com as crianças que chegam em território nacional com sua

24

211 língua materna consolidada, fazendo necessária a contratação de professores intérpretes, o que não é
212 possível por questões orçamentárias, dificultando o processo de alfabetização dessas crianças. A
213 Presidente Célia observou que cada vez mais há uma necessidade de integração entre o Conselho,
214 Estado e Municípios para debater essas questões. A Conselheira Dircinha se comprometeu a levar essa
215 questão à apreciação da SEED e informou que existem propostas pedagógicas que permitem o trabalho
216 com essas crianças e dispensam a presença do intérprete, o que pode ser muito positivo para a
217 integração do aluno na turma, sendo um trabalho a ser desenvolvido com o professor, a equipe
218 pedagógica e a turma toda do aluno migrante. A Irmã Inês declarou estar feliz com a presença do
219 CERMA e das instituições, principalmente com a presença dos migrantes de diversas nacionalidades e,
220 se dirigindo aos migrantes, refletiu que por vezes eles precisam de ajuda até serem autônomos e pediu-
221 lhes que, quando atingissem esse ponto, não se esquecessem daqueles que ainda precisarem de ajuda.
222 Ao CERMA, questionou quais eram os critérios usados para que os migrantes, refugiados e apátridas
223 tivessem conhecimento do Conselho. A Presidente Célia informou que o Conselho ainda é recente, mas
224 que há um folder em desenvolvimento para divulgar a existência e o trabalho do CERMA. A Irmã Inês
225 sugeriu que as informações estejam disponíveis on-line para facilitar o acesso e convidou o migrante Arif
226 Bhuitan para explicar sobre a situação dos imigrantes bengaleses. Arif declarou que sua vida é muito
227 melhor no Brasil e que é mais fácil encontrar emprego, que é casado e que sua esposa está em
228 Bangladesh, havendo dificuldade para reunião familiar e de obtenção do visto de permanência. A Irmã
229 Inês informou que há centenas de bengaleses na região de Londrina que há anos estão renovando o
230 protocolo do visto sem conseguir a permanência definitiva mas todos trabalham, enquanto que os
231 haitianos todos possuem RNE mas têm dificuldade de encontrar emprego. A Conselheira Edésia
232 parabenizou Jimmy e os demais migrantes presentes e declarou que, em seu trabalho no Centro de
233 Atendimento ao Migrante – CEAMIG, a predominância de atendimentos aos migrantes haitianos e que o
234 Centro trabalha em parceria com empresas para inserir os migrantes no mercado de trabalho e que
235 algumas dessas empresas foram levadas para dentro do espaço Centro, onde são realizadas as
236 entrevistas de emprego, as contratações e exames funcionais, facilitando a interação entre os migrantes
237 e os empregadores, e, por fim, incentivou os migrantes a perseverarem e a buscarem sempre seus
238 direitos. O Pastor Luckner agradeceu a presença de todos, em especial os migrantes, os representantes
239 do projeto Migrar com Direitos e do curso de Assistência Social da UEL e à Cáritas, e informou que os
240 haitianos também tem encontrado dificuldades na área da saúde e relatou um caso em que o médico não
241 fez um diagnóstico e não deu credibilidade ao relato dos sintomas feito pela paciente, desconsiderando
242 suas queixas, relatou também um caso próprio, em que o seu atendimento foi negligenciado. A
243 Conselheira Lucimar apresentou algumas cartilhas sobre os direitos dos usuários do Sistema Único de
244 Saúde – SUS, para divulgação e declarou que o governo não tem governabilidade sobre os atos dos
245 profissionais de saúde, mas que existe um registro positivo sobre o atendimento aos migrantes. Lembrou



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

29
30
31

246 que a base da universalidade do SUS está nas Unidades Básicas de Saúde e que é importante que todos
247 tenham o cartão do SUS e orientou-os a denunciar situações como as relatadas pelo Pastor Luckner e
248 fazer sugestões para melhorar o atendimento. Karly Garcia, enfermeira do município de Rolândia,
249 concordou com o relato de Luckner e declarou que há despreparo das equipes para atender aos
250 migrantes e que há muita dificuldade de comunicação, apontando que o sistema está sucateado, que há
251 falta de funcionários e que a qualidade dos atendimentos aos migrantes é comprometida pela falta de
252 compreensão das particularidades causada pela dificuldade linguística. O Pastor Luckner relatou não ter
253 constado dificuldades de comunicação e que percebe as situações que presenciou como uma
254 incapacidade do médico de se colocar no lugar dos migrantes e se conder do sofrimento humano e
255 manifestou o desejo de que todos saibam das dificuldades que os migrantes enfrentam e de trabalhar em
256 parceria com a Cáritas. A Conselheira Deusa declarou por todas as entidades que o objetivo é
257 estabelecer uma parceria com os migrantes para trabalharem juntos os obstáculos. Fadael, migrante
258 haitiano, declarou que a dificuldade é maior do que ele pensava, pois a língua portuguesa faz parte das
259 línguas mais difíceis de se aprender, que tem dificuldades para falar mesmo estando no Brasil por 4 anos
260 e que considera a questão da educação e da comunicação como essenciais, pois se alguém vai ao
261 médico e não consegue dizer o que está sentindo, não conseguirá um bom atendimento. Nelma relatou
262 que no mês de dezembro de 2017, a SEED publicou uma instrução normativa ofertando vagas para
263 cursos de português para estrangeiros, mas que em Londrina foram ofertadas vagas em duas escolas às
264 16 h, dificultando o acesso e a frequência dos migrantes que neste horário estão trabalhando, e informou
265 que a Cáritas oferece aulas de português que são dadas por voluntários e questionou até que ponto isso
266 é válido, considerando a natureza não vinculatória do voluntariado. Também, discorreu sobre o caso de
267 um migrante haitiano que não conseguiu validar seu diploma de Ensino Médio e perguntou quais são as
268 possibilidades para que o migrante possa acessar o conteúdo do Currículo Nacional para o Ensino Médio
269 para que ele possa se preparar e quais as possibilidades para facilitar a revalidação dos diplomas. A
270 Conselheira Dircinha se comprometeu a levar a demanda dos horários das aulas ao CELEM e informou
271 que acredita que para o próximo ano, quando forem abertas novas turmas em outras escolas, os horários
272 serão flexibilizados para atender aos migrantes. Também, lembrou que o migrante terá quantas chances
273 quanto forem necessárias para prestar o exame de revalidação. A Presidente Célia informou que houve
274 uma apresentação da SEED ao Conselho sobre a questão dos horários dos cursos e quais municípios
275 apresentam maior demanda, e relatou que o CERMA pretende solicitar que a SEED informe em reunião o
276 que está sendo programado neste sentido para o próximo ano. Também, relatou que o Conselho está
277 acompanhando a questão da revalidação dos diplomas e informou que um Projeto de Lei está tramitando
278 na Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, solicitando a isenção das taxas sobre os exames de
279 revalidação e que havia representantes do Conselho na audiência pública. Por fim, declarou que o
280 CERMA sempre acompanhará as questões de políticas públicas para migrantes, refugiados e apátridas. A

32

281 Conselheira Dircinha lembrou que não há custos para o migrante ao revalidar os diplomas de Ensino
282 Fundamental e Médio, e que a isenção pleiteada na ALEP é a das taxas de revalidação dos diplomas de
283 Ensino Superior. Também, informou que não é mais necessária a tradução juramentada e apostilamento
284 dos documentos para os refugiados e solicitantes de refúgio e que para revalidar seus diplomas os
285 migrantes devem procurar uma das escolas credenciadas no Paraná. Ricardo Matioli, da Rede
286 Evangélica de Apoio ao Migrante, declarou que a comunicação é o maior problema em relação aos
287 migrantes e informou que há um grande potencial nas comunidades das igrejas evangélicas de pessoas
288 que falam inglês, francês e que tem interesse na causa dos migrantes, fazendo-se necessária a
289 capacitação para trabalhar com os migrantes, pois entende que os órgãos públicos não conseguem
290 realizar todas estas funções, então, demonstrou desejo de realizar uma parceria com o governo para
291 beneficiar os migrantes. Relatou que ao tentar encontrar emprego para um migrante, percebeu que a
292 dificuldade não está apenas em o migrante aprender o português, mas que os brasileiros precisam ser
293 mais compreensivos e pacientes. Claudia, Observatório das Migrações, informou que, com relação às
294 aulas de português para estrangeiros, no próximo ano as aulas serão ofertadas em horários e escolas
295 mais adequados às demandas dos migrantes e que, infelizmente, não foi possível alterar os horários para
296 este ano. A Conselheira Fátima explicou que o Projeto de Lei abrange a todas as Universidades
297 Estaduais do Paraná e que desde o ano passado existe uma resolução do Conselho Nacional de
298 Educação que determina que as Universidades Públicas brasileiras deverão regulamentar, em suas
299 unidades, a questão da revalidação, e, aquelas que não cumprirem a determinação, sofrerão sanção do
300 Ministério da Educação. Também, informou que o PL é iniciativa de 3 deputados que, ao longo do ano
301 passado, ouviram as demandas dos migrantes na ALEP, sendo a questão da comunicação e educação
302 pontos muito levantados, e declarou que os considera essenciais para a integração do migrante, uma vez
303 que isso lhe dá acesso ao conhecimento dentro das empresas, mas principalmente, conhecimento de
304 seus direitos, para que ele possa exercer sua função dignamente. Lembrou que quando o migrante não
305 tem conhecimento da língua, ele se torna vulnerável a ser enganado e relatou que o Conselho
306 acompanhou vários casos no MPT. Por fim, ressaltou a importância da Cáritas enquanto entidade e
307 representante do Conselho de trazer as reivindicações dos migrantes e exigir do Poder Público o acesso
308 aos direitos fundamentais, declarando que o objetivo do CERMA não é a criar projetos assistencialistas, e
309 sim estimular a criação de uma sociedade justa para brasileiros e migrantes. O Conselheiro Izidoro
310 informou que o Secretário de Estado da Cultura, João Luiz Fiani de Assis Baptista, encaminhou ofícios a
311 todos os Gestores Municipais de Cultura do Estado do Paraná, instigando-os a abrir espaços para todas
312 as manifestações culturais e artísticas, pois são também formas de resistência, e informou que existe na
313 cidade de Curitiba um espaço bastante forte e representativo das artes na figura do senhor Bertoni e
314 incentivou os migrantes haitianos a procurarem as secretarias e os núcleos de Cultura em seus
315 municípios. Angelica Furquim, Cáritas, declarou que as questões apresentadas não são recentes e que a



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

37
38
39

316 temática da migração e do refúgio funcionam como um focalizador das problemáticas que o Brasil
317 enfrenta. Sugeriu que o CERMA estabeleça um contato mais direto com o Comitê Nacional para
318 Refugiados – CONARE, e, em casos como os dos bengaleses, com o Departamento de Migrações –
319 DEMIG, e com o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, devido ao caráter pioneiro do CERMA, essa
320 aproximação seria bastante propícia. Também, informou que, no caso dos bengaleses, existe a questão
321 técnica que diz respeito aos critérios de elegibilidade para a concessão do status de pessoa refugiada,
322 além da questão estrutural, uma vez que, atualmente, existem 10 oficiais de elegibilidade para analisar
323 mais de 80 mil solicitações de refúgio e lembrou que o processo de solicitação de refúgio é longo e
324 complexo e envolve entrevistas e pesquisas, somado a uma estrutura precária que não permite fazê-lo
325 em tempo hábil. A Conselheira Marcia Ponce sugeriu que os municípios mapeassem e acompanhassem
326 os serviços de atendimento aos migrantes e se dispôs a enviar o protocolo assinado pelas Secretarias de
327 Foz do Iguaçu como modelo de experiência, para que os migrantes possam ser melhor atendidos e a
328 qualidade dos serviços melhore. Déborah Flora dos Santos, Coordenadora do Ensino para Jovens e
329 Adultos – EJA em Londrina, informou que a Secretaria Municipal de Educação valida os exames de
330 equivalência referentes aos níveis iniciais do ensino, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e avaliou
331 que são poucos os migrantes que não possuem este nível escolar e aqueles identificados já foram
332 encaminhados às escolas, tendo sido a Educação para Jovens e Adultos – EJA, pensada em um projeto
333 político-pedagógico para integrar a cultura haitiana ao trabalho feito no Brasil, integrando os alunos
334 brasileiros e haitianos. As aulas são ministradas por uma professora com formação em língua inglesa e
335 todos os trabalhos desenvolvidos na escola são trabalhados nas línguas portuguesa, francesa e inglesa,
336 enriquecendo também o conhecimento linguístico dos alunos brasileiros e trazendo para a escola a
337 culinária, as atividades culturais, festas e outros elementos da cultura haitiana. A Conselheira Elizete
338 declarou ser muito importante que não apenas as entidades da sociedade civil, mas principalmente o
339 poder público, se apropriem destes espaços de debate para aprimorar o atendimento aos migrantes,
340 ressaltando a importância do envolvimento dos municípios nestas questões. Também, lembrou que o
341 Plano Estadual foi fruto das preparações para a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio –
342 COMIGRAR, que foi o primeiro evento nacional deste caráter, e que a Conferência Estadual sobre
343 Migrações e Refúgio – CEMIGRAR, que antecedeu a COMIGRAR, propôs que os municípios realizassem
344 Conferências livres para saber dos migrantes as suas demandas. Em seguida, propôs que os municípios
345 de Londrina e região realizassem essas Conferências ou rodas de conversa e sistematizassem essas
346 demandas e necessidades por área para que, na Conferência Temática, estes dados sejam apresentados
347 mais substancialmente, e sugeriu adicionar à pauta da próxima reunião do CERMA, que o Conselho
348 envie aos municípios perguntas base para auxiliar neste levantamento, para que na Conferência
349 Temática possa ser construído um Plano Estadual cada vez mais próximo da realidade e que os
350 municípios possam pensar em Comitês ou Conselhos com a participação dos migrantes para discutir as

40

351 questões concernentes à migração. Foi informada a realização de um evento sobre migração na UEL que
352 contou com a presença de migrantes de vários municípios da região de Londrina onde foi elaborada uma
353 carta que será disponibilizada ao CERMA e demais presentes na reunião. A Conselheira Elizete informou
354 que o material informativo entregue aos presentes foi fruto da Semana do Migrante e sugeriu que o
355 CERMA pensasse, em conjunto com os municípios, meios de informar aos migrantes sobre a forma como
356 se organiza a administração brasileira enquanto Nação, Estados e Municípios e suas estruturas internas,
357 pois os migrantes muitas vezes não têm conhecimento desta estrutura e enfrentam dificuldades. A
358 Conselheira Tamara apresentou a Carta da Sociedade Civil sobre a Reunião Ordinária Descentralizada
359 do CERMA em Londrina e Angelica e Rafael fizeram sua leitura. Após a leitura, foram feitas sugestões de
360 alteração do texto. Claudia Segura solicitou que a menção à contratação de professores bilíngues para a
361 educação infantil fosse retirada, argumentando que as crianças migrantes nesta idade não apresentam
362 maiores dificuldades na aquisição da língua portuguesa, e que fosse alterada a palavra “garantir” por
363 “promover” ou “viabilizar”. Angelica declarou que foi levantada a questão do acesso à educação e que
364 entende que o acesso ao Ensino Superior está incluso. A Conselheira Fátima informou que está sendo
365 discutido pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR, o Estatuto para a
366 Igualdade Racial no Paraná, onde consta a discussão sobre a reserva de vagas para concursos públicos
367 e as cotas para as Universidades, que será enviado como PL para a ALEP. Claudia Baltar sugeriu que
368 seja adicionada a questão sensibilização dos profissionais de saúde no atendimento aos migrantes. A
369 Presidente Célia agradeceu a presença de todos e, sem mais a ser tratado, encerrou a reunião. A
370 presente Ata foi lavrada por Karen Gabriela dos Santos Silva, da Divisão de Apoio aos Conselhos –
371 Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DAC/DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação, será
372 anexada uma cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes nesta reunião.